

## TEMAS VARIADOS

---

### IGREJA SINODAL EM MISSÃO Registros a partir da Assembleia e do Relatório de Síntese

SYNODAL CHURCH IN MISSION  
Records from the Assembly and the Synthesis Report

Agenor Brighenti\*

**Síntese:** O *Relatório de Síntese* dos trabalhos da primeira sessão da Assembleia Universal do Sínodo da Sinodalidade registra convergências, questões a afrontar e propostas para a implementação de uma Igreja Sinodal. O presente texto, em um primeiro momento, faz uma apreciação do evento da Assembleia e, na sequência, apresenta o que esteve em pauta na agenda dos trabalhos, assim como o alcance e os limites da metodologia da Conversação no Espírito utilizada. Com relação ao conteúdo do *Relatório de Síntese*, ao invés de se apresentar um resumo dos resultados da Assembleia, se apresenta e se comenta as convergências mais sobressalentes, seguidas das questões sensíveis, que não alcançaram consenso na primeira sessão da Assembleia geral e que vão demandar um maior aprofundamento e debate para a tomada de decisões na segunda sessão de outubro/2024.

**Palavras-chave:** Igreja; Sinodalidade; Laicato; Hierarquia; Mulheres; Tradição.

**Abstract:** The Synthesis Report of the work of the first session of the Universal Assembly of the Synod of Synodality records convergences, issues to be confronted and proposals for the implementation of a Synodal Church. This text first provides an assessment of the Assembly

---

\* Doutor em Ciências Teológicas e Religiosas pela Universidade Católica de Louvain/Bélgica. Integrante do grupo de teólogos expertos do Sínodo, membro da Equipe de Reflexão Teológico-Pastoral do CELAM, coordenador da Comissão de elaboração do Rito Amazônico da CEAMA, professor no CEBITEPAL do CELAM, em Bogotá. E-mail: <agenor.brighenti@gmail.com>.

event and then presents what was on the agenda, as well as the scope and limits of the Conversation in the Spirit methodology used. With regard to the content of the Synthesis Report, instead of presenting a summary of the Assembly's results, the most notable convergences are presented and commented on, followed by the sensitive issues that did not reach consensus at the first session of the General Assembly and which will require greater depth and debate for decision-making at the second session in October/2024.

**Keywords:** Church; Synodality; Laity; Hierarchy; Women; Tradition.

No desejo de contribuir com a recepção do *Relatório de Síntese*<sup>1</sup> da primeira sessão da Assembleia Geral do Sínodo da Sinodalidade, fazemos alguns registros que permitem uma leitura mais completa do texto, sempre melhor compreendido, em seu contexto. Na sequência, algumas considerações sobre o evento do Sínodo, em especial como foi vivido na primeira sessão da Assembleia geral; a agenda ou objeto em pauta durante as quatro semanas de sua realização; os resultados alcançados e o gênero de texto do *Relatório de Síntese*; a metodologia da Conversação no Espírito, utilizada nas Assembleias da Etapa Continental e na Assembleia geral, em seu alcance e limites; as convergências ou consensos mais sobressalentes da Assembleia; e, finalmente, quais os pontos ou questões mais sensíveis e de difícil consenso, externados nas conversações da Assembleia e revelados mais explicitamente na votação do texto.

Esta abordagem, feita por alguém que está vivendo o Sínodo a partir de dentro, seja das Etapas da Igreja Local e Continental, seja da Etapa Universal, tem vantagens e desvantagens. A vantagem é poder dispor de informações, muitas delas, dos bastidores dos eventos, por vezes fatores importantes para compreender seus resultados. A desvantagem é a falta de distância no tempo e no espaço para uma leitura mais isenta de possíveis interferências da subjetividade, sempre marcada por seus filtros e pressupostos. Em todo caso, a objetividade total é uma pretensão ilusória, pois ela, inevitavelmente, está sempre marcada pela subjetividade. É o tratamento analítico e a razão crítica que pode evitar o subjetivismo, que compromete a ciência. Se a visão do sujeito coincidissem com o objeto, vá seria a ciência, já dizia o velho K. Marx.

---

1. SÍNODO DA SINODALIDADE – SECRETARIA. *Relatório de Síntese* [RS]. Foi publicado logo após a votação, em italiano, mas se encontra em diversos idiomas, como versões oficiais.

## 1. O Sínodo enquanto evento vivido na sinodalidade

Desde a primeira-hora – a etapa da Igreja Local –, o Sínodo da sinodalidade quis ser uma vivência da sinodalidade, a partir das comunidades eclesiais, no seio das paróquias. Como orientava o Documento Preparatório,<sup>2</sup> não se tratava de responder a um questionário, mas de estabelecer relações de igualdade, reciprocidade e corresponsabilidade, em um processo que precisa ser permanente, dado que a Igreja, por natureza, é sinodal. Tratava-se de fazer um exercício da sinodalidade na escuta, no discernimento e na tomada de decisões, pautados pela acolhida incondicional das diferenças e dos diferentes.

O processo não foi homogêneo e nem os resultados foram iguais. Tanto nas Igrejas Locais como na Etapa Continental, a participação variou em grau, com a dificuldade: da adesão em especial do clero – bispos, diáconos e presbíteros; de pouco se haver chegado aos distantes ou aos que deixaram a Igreja; de não se ter alargado suficientemente a sinodalidade à escuta do mundo, da sociedade autônoma e pluralista etc. Mas, pode-se dizer que houve processo participativo, tal como ele foi desenhado, de baixo para cima, de forma indutiva, buscando a participação do Povo de Deus como um todo, em relações horizontais e dialógicas, na comunhão e participação dos batizados, procurando incluir os ministros ordenados no seio do Povo de Deus.

Os delegados das Igrejas Locais para a Etapa Continental buscaram viver a mesma experiência sinodal de comunhão, participação e missão. Na América Latina e Caribe, para possibilitar a participação de um maior número de pessoas, a Assembleia se deu através de quatro encontros regionais dos delegados das Igrejas Locais: América Central/México, Países Andinos, Caribe e Cone Sul.<sup>3</sup> A síntese das contribuições da América Latina foi publicada sob o título – *Síntese da Fase Continental do Sínodo da Sinodalidade na América Latina e Caribe*, na qual se recolhe, em oito eixos temáticos a rica contribuição.<sup>4</sup> Nesta Etapa já se trabalhou com a metodologia da Conversação no Espírito, que seria aplicada na Assembleia da Etapa Universal.

---

2. SÍNODO DA SINODALIDADE – SECRETARIA. *Por uma Igreja sinodal: comunhão, participação e missão. Documento preparatório.*

3. Locais de realização dos encontros regionais: América Central/México (San Salvador), Países Andinos (Quito), Caribe (República Dominicana) e Cone Sul/Brasil (Brasília).

4. SÍNODO DA SINODALIDADE – SECRETARÍA DEL CELAM. *Síntesis de la Fase Continental del Sínodo de la sinodalidad en América Latina y Caribe.*

Em Roma, na primeira sessão da Assembleia da Etapa Universal, também se buscou fazer uma experiência de sinodalidade e se assumiu o método da Conversação no Espírito. Também para expressar esteticamente a vivência da sinodalidade no evento da Assembleia, trocou-se o auditório do Sínodo em forma de anfiteatro, pela Aula Paulo VI, com participantes dispostos em 35 mesas redondas, incluído o Papa em uma delas. O acesso à tradução simultânea em inglês, alemão, francês, italiano, espanhol e português era como um “pentecostes”, em que cada um podia se fazer entender e escutar o outro na própria língua. O escutar a cada participante de toda mesa, seguido de um momento de silêncio, e depois, fazer emergir o mais sobressalente do dito e fazer consenso a partir da contribuição de cada um colocava a todos em pé de igualdade, de cardeais a leigas/os.

Reinou na Assembleia um clima de comunhão e fraternidade, de alegria e de trabalho intenso, de trabalho em grupos e intervenções livres na Assembleia, de oração e celebrações solenes da Basílica de São Pedro, de plena liberdade de expressão e mesmo de dissensão do Papa, como alguns cardeais o fizeram, mas ficaram sem resposta. Entretanto, não se pode esconder que foi cansativo todo um mês nesta dinâmica, com sessões de trabalho de ouvir centenas de intervenções a fio – exposição de três minutos cada uma, seguido de um silêncio de quatro minutos depois de cinco intervenções. Só que tudo sem debate, o que daria dinamismo e novidade às exposições. Por isso, intervenções repetitivas, pouco agudas ou profundas, em um consenso morno, que põe para debaixo do tapete tensões que a própria realidade impunha e das quais cobrava resposta.

## 2. A agenda ou pauta da Assembleia

A Assembleia teve uma agenda ampla e aberta. Tal como o Vaticano II que tinha como objeto a Igreja *ad intra* e *ad extra*, o Sínodo também versa sobre a Igreja, ainda que, na Assembleia, mais *ad intra* do que *ad extra*, na medida em que a missão foi reduzida a seu modo de realização, à corresponsabilidade.<sup>5</sup> A sinodalidade abrange o ser e o agir da

---

5. Inexplicavelmente, o lema que tinha como ordem – comunhão, participação e missão –, o *Instrumentum Laboris* mudou-o para “uma comunhão que irradia; corresponsáveis na missão; participação, responsabilidade e autoridade”. A missão, reduzida à corresponsabilidade, ficou sem objeto e sem lugar, o que empobrece a sinodalidade, que, necessariamente, projeta a Igreja para o mundo e é integradora da humanidade, em especial dos que estão nas periferias.

Igreja (*modus vivendi et operandi*), mas ficou mais restrita ao modo de proceder.

Em grandes linhas, o Sínodo da Sinodalidade quer retomar e implementar a eclesiologia do Vaticano II, que concebe a Igreja como Povo de Deus. Trata-se de uma tarefa pendente, sobretudo depois das três décadas de involução eclesial, que precederam o atual pontificado. Os componentes do lema do Sínodo também marcaram os trabalhos da Assembleia em quatro módulos ou momentos: uma Igreja sinodal; uma comunhão que irradia; corresponsáveis na missão; e participação, responsabilidade e autoridade. Cada módulo teve sua devida introdução espiritual e teológica, com abertura em missa solene no altar da cátedra da Basílica de São Pedro. Os trabalhos nos Círculos Menores (Grupos) se pautaram pelas cinco questões de cada módulo propostas pelo *Instrumentum Laboris*, num total de 20 questões ou temas de discernimento.<sup>6</sup> Os 35 grupos de trabalho produziram uma ampla gama de temas e conteúdos, que foi sistematizada pela equipe de teólogos e organizada em *convergências, questões para aprofundar e propostas*.

Como o trabalho dos teólogos ficou restrito a uma tarefa mais técnica, de simples sistematização, o *Relatório de Síntese* de 40 páginas, é, praticamente, uma síntese das conversações nos Grupos. E, como são resultado de um discernimento individual em grupo, a partir da experiência ou percepção de cada um de seus membros, temos um relatório que se restringe bastante ao “julgar”, sem contemplar propriamente um “ver” e um “agir”.

Se tomarmos o Vaticano II e a tradição latino-americana como referência, o Relatório não traz novidades, repete o discernimento das etapas anteriores, sem problematizações ou tensões. Quando apareceram, estas foram incorporadas em “questões para aprofundar”; parece que com medo de apresentar um retrato de uma Assembleia que não teria alcançado consenso em tudo, tal como sinaliza a votação final do texto, aprovado na integralidade, com ampla margem.

A versão final do texto, elaborada pelo grupo de escritores e com o aval da Comissão de Redação, recebeu por parte da Assembleia 1.251 *modi* ou contribuições de mudanças, o que revela que a Assembleia não se reconhecia plenamente no texto. Entretanto, quando se compara a

---

6. SÍNODO DA SINODALIDADE – SECRETARIA. [Questões de trabalho a partir do *Instrumentum Laboris*].

versão final com o texto votado, que supostamente teria integrado a ampla gama de contribuições ou *modi*, se constata que muito pouca coisa mudou. Também pela limitação de tempo dos escritores para fazerem o trabalho, mas que poderia ter contado com a colaboração da equipe de teólogos, aos quais também se facultou a possibilidade de envio de contribuições, embora tivessem um peso menor que as contribuições fruto do consenso dos Grupos.

Com a redução do trabalho dos teólogos a uma função mais técnica, temos um texto sem referências bíblicas e do magistério, algo inédito em documentos produzidos nestas esferas. Em razão também do fato de os documentos produzidos nas Etapas da Igreja Local e Continental não terem sido tomados como ponto de partida para as conversações de Grupo, ao menos que estivessem presentes na memória dos participantes, dado que a metodologia não contemplava tê-los em mãos, truncando o processo.

### 3. A metodologia de trabalho: alcance e limites

A primeira sessão da Assembleia Geral do Sínodo da Sinodalidade foi o primeiro momento de reunião da Igreja inteira, depois das Etapas Diocesana e Continental. Ela teve um caráter mais de mapeamento das questões a serem tratadas na segunda Assembleia, aí já com decisões relativas a propostas concretas de implementação de uma Igreja mais sinodal.

O *Relatório de Síntese*, que registra os resultados das conversações da Assembleia, não é um “documento” e muito menos o “resultado final” do processo. Quer ser o registro de um momento privilegiado do processo, que agora volta às Igrejas Locais, de onde partiu um processo sinodal, que já dura três anos, e para onde voltará ao final desta Assembleia. O processo não tem data para terminar, pois a sinodalidade é um modo permanente de a Igreja ser e agir. A Igreja precisa crescer continuamente na comunhão e participação, em vista da missão.

A primeira sessão da Assembleia faz parte da terceira etapa de um processo, que vem das Etapas das Igrejas Locais e da Etapa Continental. Mas, não foi bem isso o que aconteceu. O Sínodo é um processo, mas em certos momentos, o processo foi truncado. A primeira etapa – a etapa diocesana – recolheu as proposições, fruto da escuta e discernimento de comunidades eclesiais, sobre a situação da Igreja em relação ao exercício da sinodalidade. As Conferências Episcopais Nacionais

fizeram a síntese das contribuições de suas Igrejas Locais e a enviaram à Secretaria do Sínodo que, a partir delas, elaborou o *Documento para a Etapa Continental* (DEC).<sup>7</sup> Ele serviu de base para as Assembleias da Etapa Continental, com sete Assembleias continentais, mais a Assembleia das Igrejas Orientais e a Assembleia da Igreja na América Latina e Caribe. No caso da América Latina, a Assembleia da Etapa Continental deu-se em quatro Encontros Regionais – América Central/México, Caribe, Países Andinos e Cone Sul/Brasil. A partir das Sínteses Continentais foi elaborado o *Instrumentum Laboris*,<sup>8</sup> com vistas à Assembleia Geral, em Roma.

O truncamento do processo deu-se já na Etapa Continental, mas também na Assembleia Geral, quando se adotou como metodologia de trabalho, a *Conversação no Espírito*, inspirada no método de discernimento espiritual de Inácio de Loyola. O próprio Documento para a Etapa Continental (DEC) já não era uma condensação das sínteses das Conferências Episcopais Nacionais, fruto das contribuições das Igrejas Locais. O DEC repercute mais a experiência de sinodalidade vivida nas Igrejas Locais do que recolhe as informações registradas no processo de escuta. O método da *Conversação no Espírito* foi aplicado na mesma perspectiva: o ponto de partida para a *Conversação no Espírito*, tanto da etapa Continental como da Assembleia Geral não foram as sínteses das Igrejas Locais elaboradas pelas Conferências Episcopais Nacionais ou a síntese das Assembleias Continentais, mas a experiência e a percepção individual das pessoas que participaram dela, em três momentos: “tomar a palavra e escutar, fazer espaço ao outro que falou, e construir juntos um consenso”<sup>9</sup>.

Para se fazer processo, a metodologia, além de partir da experiência e percepção pessoal, deveria ter partido também da síntese das contribuições das Etapas anteriores, seja a Etapa das Igrejas Locais, seja da Etapa Continental. Na Etapa Continental, o ponto de partida não foi a síntese continental, mas o mesmo DEC para os cinco continentes e que era mais eco da experiência de sinodalidade vivida nas etapas anteriores do que uma síntese das contribuições recebidas do processo de escuta. Da

---

7. SÍNODO DA SINODALIDADE – SECRETARIA. *Documento de trabalho para a Etapa continental. Alarga o espaço de tua tenda* (Is 54,2).

8. SÍNODO DA SINODALIDADE – SECRETARIA. *Instrumentum Laboris para a Primeira Sessão* (outubro/2023).

9. Cf. SÍNODO DA SINODALIDADE – SECRETARIA. *Conversación en el Espíritu*.

mesma forma, na terceira etapa – a Assembleia Geral – não se teve presente os documentos das etapas anteriores, pois o ponto de partida foi a experiência/percepção pessoal a partir das perguntas postas pelo *Instrumentum Laboris*. Era como se ignorasse o processo, com o agravante de membros da Assembleia, sobretudo bispos de determinados continentes, não terem participado das etapas anteriores. Por isso, o resultado registrado no *Relatório de Síntese*, em grande medida, é uma repetição das Etapas anteriores, expressão de percepções pessoais, sem confronto com dados mais objetivos ou mesmo sem uma reflexão respaldada nas ciências, sejam elas as ciências humanas como as ciências teológicas.<sup>10</sup>

Um grande limite metodológico sentido: a metodologia não contempla o debate. As sínteses dos grupos se limitavam ao registro dos consensos, que atenuavam, quando não eliminavam tensões ou conflitos diante de realidades complexas, que acabaram ficando no meio do caminho ou como questões a aprofundar. É verdade que reinou um grande entendimento sobre o que se registrou, um clima de fraternidade e escuta, de respeito aos pontos de vista diferentes, mas sem que se tenha feito uma reflexão crítica sobre questões mais complexas, que possibilitasse ir além do consenso a partir de um lugar comum. Segundo o relator do Sínodo, para a segunda sessão da Assembleia, o método precisa ser mudado, sob pena de se repetir a primeira sessão e não se chegar a analisar e propor saídas diante dos entraves atuais, em vista de uma Igreja realmente sinodal.

O método da *Conversão no Espírito*, basicamente, é o método jesuítico do discernimento espiritual, individual, voltado para identificar as moções do Espírito para a vida pessoal, no contexto eclesial. Aplicado ao discernimento de uma comunidade eclesial, tem seu alcance e seus limites. Positivamente, o método, em um primeiro momento possibilita a escuta do outro e assegura a fala de todos, em um clima de respeito e acolhida das diferenças; num segundo momento, se frisa o que se sobressaiu da exposição de cada um; e, finalmente, a partir do que foi sobressalente, se busca identificar os consensos. Como se pode perceber, trata-se de um discernimento basicamente individual sobre uma realidade coletiva, que é a vida da Igreja no mundo. Estabelece-se uma relação pessoal com o Espírito em clima de oração, sem recorrer a outras

---

10. Um bispo expressou seu incômodo com o método aplicado, definindo-o como um discernimento que, na realidade, parece que “o Espírito Santo sou eu”.



mediações de discernimento que o discernimento pessoal, subjetivo e individual. O consenso acaba sendo a soma das percepções individuais e não a convergência do grupo em um patamar mais alto, no qual as partes se superam e convergem para além delas mesmas.

Tal como a Assembleia expressou na apreciação do método, é preciso aprimorá-lo, integrando no discernimento a Palavra de Deus, o magistério, a teologia, as ciências e os sinais dos tempos, ao menos. Afirma textualmente o *Relatório de Síntese*: “para desenvolver um autêntico discernimento eclesial nestes e noutros âmbitos, é necessário integrar, à luz da Palavra de Deus e do magistério, uma base informativa mais ampla e um componente reflexivo mais articulado. Para evitar que nos refugiemos na comodidade de fórmulas convencionais, é necessário fazer um confronto com o ponto de vista das ciências humanas e sociais, da reflexão filosófica e da elaboração teológica” (RS 15c).

Isso implica integrar pessoas de ciências no processo de discernimento como os teólogos, cujo papel atual está praticamente reduzido a sistematizar o que a assembleia expressa, a uma função técnica. Sem a mediação destas instâncias, corre-se o risco de ficar num relato de experiências ou de percepções pessoais, na esfera da subjetividade individual, numa aproximação fenomenológica de uma realidade bruta, sem que seja processada analiticamente. Expressão desta espiritualização da realidade é a formulação do discernido em uma linguagem exortativa, própria da homilética, e não em uma linguagem argumentativa, própria das ciências ou da teologia.

#### **4. A estrutura do Relatório de Síntese e as convergências mais sobressalentes**

Tal como já nos referimos, o *Relatório de Síntese* registra os conteúdos da conversação feita em quatro módulos, em torno às respostas às cinco perguntas de cada um deles – uma Igreja sinodal; uma comunhão que irradia; corresponsáveis na missão; e participação, responsabilidade e autoridade. O resultado da conversação nos Grupos foi sistematizado pelos expertos/teólogos e os redatores estruturaram o texto do *Relatório de Síntese* em três partes – O rosto de uma Igreja Sinodal (I), Todos discípulos, todos missionários (II), e Tecer laços, construir comunidade (III).

A Parte I tem sete capítulos, que abordam as diversas facetas da sinodalidade: sua base trinitária, aberta a todos, diversificada em seus ritos,

empenhada no ecumenismo e tendo os pobres no centro. A Parte II tem seis capítulos, em torno ao discipulado missionário: a missão como intrínseca à Igreja, a dignidade das mulheres, a dimensão carismática da Igreja, os ministros ordenados e o bispo, o papa e o colégio dos bispos. A Parte III tem sete capítulos, em torno à implementação de uma Igreja sinodal: a formação do Povo de Deus em seu conjunto, o discernimento eclesial, um ministério para a escuta e acompanhamento, a missão no ambiente digital, os organismos de participação, a comunhão entre as Igrejas Locais e o Sínodo dos Bispos.

Não vamos aqui apresentar o conteúdo ao conteúdo do *Relatório de Síntese*. Pode ser de utilidade e mais interessante para o caminhar da Igreja até a próxima Assembleia nomear as convergências mais sobressalentes, fruto dos consensos tecidos nos 35 Grupos de trabalho. O critério para esta seleção é sua relação com a renovação do Vaticano II, na medida em que um dos principais objetivos deste Sínodo é a retomada da renovação conciliar, concretamente re-impulsionar a implementação da eclesiologia da *Lumen Gentium*, que concebe a Igreja como Povo de Deus, todavia uma tarefa pendente, apesar de mais de meio século da reforma do Concílio.

Vejamos, pois, as convergências mais sobressalentes.

*a) Uma maior inclusão do laicato, em especial das mulheres*

A Assembleia assinalou a necessidade da plena inclusão do laicato na Igreja, em especial das mulheres, tanto nos processos de discernimento e tomada de decisões, como no acesso aos ministérios. Urge passar do binômio clero-leigos ao binômio comunidade-ministérios, dado que o batismo é a fonte de todos os ministérios, em uma radical igualdade em dignidade entre todos. Afirma o *Relatório de Síntese*: “os sacramentos da iniciação cristã conferem a todos os discípulos de Jesus a responsabilidade da missão da Igreja. Leigos e leigas, consagradas e consagrados, e ministros ordenados têm igual dignidade” (RS 8b). A distância maior é em relação às mulheres, que carecem de pleno reconhecimento de sua presença e de seus dons, em especial de acesso aos ministérios, incluídos o diaconato – “é urgente garantir que as mulheres possam participar nos processos de decisão e assumir papéis de responsabilidade na pastoral e nos ministérios” (RS 9m).

*b) Os pobres, no centro da Igreja*

Com Bento XVI em Aparecida, o *Relatório de Síntese* afirma que “a opção preferencial pelos pobres está implícita na fé cristológica” (RS 4b), o que implica uma Igreja pobre e dos pobres (João XXIII). Pobres, não como objeto de caridade, mas como sujeitos de um mundo inclusivo de todos (RS 4g). Afirma-se que ao grito dos pobres precisa estar associado o grito da terra, em especial, diante da crise climática, que afeta sobretudo os mais pobres – “o grito da terra e o grito do pobre são o mesmo grito” (RS 4e). A opção pelos pobres “é uma categoria teológica, antes de ser cultural, sociológica, política ou filosófica” (RS 4b) e precisa passar todas as estruturas e as opções pastorais e “às causas da pobreza e da exclusão” (RS 4f).

*c) Promover as pequenas comunidades eclesiais*

Por natureza, as pequenas comunidades eclesiais, vivem um estilo sinodal de Igreja, em relações de proximidade e fraternas, na corresponsabilidade entre todos, no serviço ao mundo, em especial aos mais pobres, na ministerialidade, fruto dos dons recebidos pelo Espírito feitos serviço. Registra o Sínodo, “difundidas em muitas partes do mundo, as comunidades de base ou pequenas comunidades cristãs favorecem as práticas de escuta dos batizados e entre os próprios batizados” (RS 16m). Elas resgatam o caráter doméstico da Igreja, a marca da vida cristã nos primeiros séculos.

*d) Uma urgente mudança na formação dos seminários e casas de formação*

Uma Igreja sinodal implica um perfil de presbítero pastor e inserido na vida do povo, sem clericalismos e estilo de vida distante da cotidianidade do povo. Para o Sínodo, “esta deformação que leva a conceber o ministério mais como um privilégio que como um serviço, deve ser contrastada, desde as primeiras fases da formação, através de um contato vivo com a quotidianidade do Povo de Deus e de uma experiência concreta de serviço às pessoas mais necessitadas” (RS 11c). Daí a necessidade de se evitar processos formativos que distanciam os formandos de seu povo e com conteúdos que não os preparam para um pastoreio inserido e solidário com os que esperam por uma Igreja acolhedora e defensora da vida. Recomenda-se “que os seminários ou outros percursos de formação dos candidatos ao ministério estejam ligados à vida quotidiana

das comunidades” (RS 11e). Registra-se que formação dos ministros ordenados “deve ser pensada de forma coerente com uma Igreja sinodal, nos diferentes contextos, evitando-se “criar um ambiente artificial, separado da vida comum dos fiéis” (RS 14n).

*e) Uma Igreja aberta e acolhedora, incondicionalmente, de todos*

A Igreja não pode excluir ninguém, mesmo os que vivem situações especiais em relação ao matrimônio ou a questões de gênero, assim como os discriminados por toda sorte de situações, muitas vezes, fruto de preconceitos ou mesmo de mecanismos estruturais de exclusão. Daí o imperativo da “proximidade da Igreja e o seu apoio a todos os que vivem uma condição de solidão como escolha de fidelidade à tradição e ao magistério da Igreja em matéria matrimonial e de ética sexual, na qual reconhecem uma fonte de vida. As comunidades cristãs são convidadas a estar particularmente próximas destas pessoas, escutando-as e acompanhando-as no seu compromisso” (RS 16g).

Deve haver um lugar na Igreja para aqueles que não se enquadram em princípios e normas institucionais, pois Jesus veio para os doentes e não para os sãos – “também as pessoas que se sentem marginalizadas ou excluídas pela Igreja, devido à sua situação matrimonial, identidade e sexualidade, pedem para ser escutadas e acompanhadas e que seja defendida a sua dignidade”; “desejam um lugar onde regressar à casa e onde se sintam seguras, escutadas e respeitadas, sem receio de se sentirem julgadas” (RS 16h).

*f) Transparência e prestação de contas por parte dos ministros ordenados*

O clericalismo é fonte de toda sorte de abusos de poder, econômico, de manipulação da consciência e sexual, redundando em uma proteção institucional, própria de organizações fechadas e sem transparência. É preciso estabelecer mecanismos de controle do poder dos ministros ordenados, incluídos os bispos, com prestação de contas de seus procedimentos e ações ao Povo de Deus. Para o Sínodo, “a dimensão da transparência e a cultura de prestação de contas representam um elemento de crucial importância para prosseguir em frente na construção de uma Igreja sinodal. Pedimos às Igrejas locais que identifiquem processos e estruturas que permitam uma verificação regular das modalidades de

exercício do ministério de sacerdotes e diáconos que desempenham papéis de responsabilidade” (RS 11k).

*g) Combate à xenofobia e a superação do racismo*

Por razões diversas, agrava-se a crise migratória, o que desafia a sociedade e a Igreja a combater a xenofobia que discrimina e mata. Fronteiras abertas a quem busca sobreviver e instituições solidárias e comprometidas com uma fraternidade universal. Para o Sínodo, “num mundo em que aumenta o número de migrantes e refugiados, e em que, por outro lado, diminui a disponibilidade para os acolher, e em que o estrangeiro é visto com uma crescente suspeita, é oportuno que a Igreja se comprometa decididamente na educação à cultura do diálogo e do encontro, combatendo o racismo e a xenofobia, particularmente nos programas de formação pastoral. É igualmente necessário comprometer-se em projetos de integração dos migrantes” (RS 5p).

Associado à xenofobia está o racismo, velado ou estrutural, resquício de colonialismos ainda vigentes, presente institucionalmente também na Igreja. Segundo o Relatório, “é necessário identificar os sistemas que criam ou mantêm a injustiça racial dentro da Igreja e combatê-los. Que se dê vida a processos de cura e de reconciliação para erradicar o pecado do racismo, com a ajuda daqueles que sofrem as suas conseqüências” (RS 5q).

*h) Implementar uma cultura de formação do Povo de Deus em seu conjunto*

O mesmo batismo, fonte de todos os ministérios, situa a todos em pé de igualdade no seio do Povo de Deus, com igual direito e dever à formação, para o melhor desempenho de todos em uma Igreja toda ela ministerial. De acordo com o *Relatório de Síntese*, “cuidar da sua própria formação é a resposta que cada batizado é chamado a dar aos dons do Senhor, para fazer frutificar os talentos recebidos e colocá-los ao serviço de todos. O tempo que o Senhor dedicou à formação dos discípulos revela a importância desta ação eclesial, muitas vezes pouco vistosa, mas decisiva para a missão” (RS14a).

É preciso superar especificidades que podem separar os cristãos em categorias, distanciá-las entre si, acabando por sobrepô-las – “o Santo Povo de Deus não é apenas objeto, mas é, antes de mais, sujeito corresponsável

da formação” (RS 14c). A formação conjunta contribui para a consciência de que existe um único gênero de cristãos – os batizados, todos corresponsáveis por tudo e por todos, tanto na Igreja como na sociedade. Ressalta o Relatório que “à luz da sinodalidade, propomos que se privilegie, na medida do possível, propostas formativas conjuntas dirigidas a todo o Povo de Deus (leigos, consagrados e ministros ordenados)” (RS 14k).

Frisa o Sínodo que “são muitos os âmbitos em que se declina a formação do Povo de Deus. Além da formação teológica, foi mencionada a formação relativa a uma série de competências específicas: exercício da corresponsabilidade, escuta, discernimento, diálogo ecumênico e inter-religioso, serviço aos pobres e cuidado da casa comum, compromisso como “missionários digitais”, facilitação dos processos de discernimento e conversação no Espírito, construção do consenso e resolução dos conflitos” (RS 14e).

#### *i) A reforma da Cúria romana e do Primado*

A Assembleia ressaltou que a reforma da Cúria deve continuar, para que seja de fato uma instância de serviço e não um organismo intermediário entre o Papa e as Igrejas Locais, mas realmente de serviço e apoio, não de controle. Afirma o *Relatório de Síntese*: “a reforma da Cúria Romana é um aspecto importante do percurso sinodal da Igreja católica. A Constituição apostólica *Praedicate evangelium* insiste no fato de que a Cúria Romana não se situa entre o Papa e os Bispos, mas “coloca-se a serviço de ambos, segundo as modalidades que são próprias da natureza de cada um” (RS 13c).

Também é necessário pensar no exercício do Primado de forma mais sinodal, especialmente com relação ao Colégio Episcopal. Registra o *Relatório* que “emerge o pedido de instituir um Conselho dos Patriarcas e Arcebispos Maiores das Igrejas Orientais Católicas junto do Santo Padre” (RS 6h). A colegialidade episcopal precisa estar melhor inserida na sinodalidade eclesial, pois “sinodalidade, colegialidade e primado remetem reciprocamente umas para as outras: o primado pressupõe o exercício da sinodalidade e da colegialidade, tal como estas duas implicam o exercício do primado” (RS 13a).<sup>11</sup>

---

11. “A sinodalidade pode iluminar de que modo o Colégio dos Cardeais colabora no ministério petrino e com que formas promove o seu discernimento colegial nos consistórios ordinários e extraordinários” (RS 13e).

*j) A necessidade de Revisão do Código de Direito Canônico*

Para regulamentar uma Igreja sinodal, o Código de Direito Canônico precisa estar mais sintonizado com a eclesiologia do Vaticano II, situando melhor a hierarquia no seio do Povo de Deus. Frisa o *Relatório*: “parece que chegou o momento de rever o Código de Direito Canônico e o Código dos Cânones das Igrejas Orientais. Faça-se, então, um estudo preliminar” (RS 1r). Para a Assembleia, tal como já havia sido expressado desde a Etapa das Igrejas Locais, organismos de comunhão e participação, como os conselhos de pastoral nos diversos níveis da Igreja, hora optativos, precisam se tornar obrigatórios. Uma sã descentralização do poder na Igreja implica uma reforma do Código de Direito Canônico.

### **5. Questões sensíveis, reveladas na conversação e na votação**

Em uma Assembleia com tanta diversidade, nem tudo foi consenso, mesmo que não tenha havido debate, quando as diferenças poderiam tornar-se mais explícitas e dado mais dinamismo à Assembleia. Mas, elas apareceram, tanto nas conversações como na votação, quando ficaram mais explícitas. No texto do *Relatório de Síntese*, aquilo que foi sistematizado como tensões, figura como questões a aprofundar ou afrontar. São várias, mas tal como em relação às convergências, vamos também aqui selecionar as tensões mais sensíveis ou de difícil consenso em relação à recepção do Vaticano II, carecendo de maior aprofundamento teológico para os membros da Assembleia, particularmente nos diálogos de Grupo.

É sobre estas questões que se trabalhará teologicamente até a próxima Assembleia, já que isso não foi feito durante a primeira. O grupo de expertos/teólogos será acionado pela Secretaria do Sínodo nesta tarefa, a fim de oferecer uma reflexão bíblico-teológica, respaldada no magistério, que contribua para uma abordagem mais profunda e fundamentada destas questões por parte dos membros da próxima Assembleia. Vejamos as questões mais importantes ou significativas em relação à implementação de uma Igreja sinodal.

*a) A sinodalidade da Igreja como intrínseca à sua natureza*

Há dificuldade em situar a sinodalidade na natureza e no ser da Igreja. Já no início dos trabalhos da Assembleia houve quem se pronunciasse, afirmando que o termo “sinodalidade” se presta a imprecisões e

que seria melhor substituí-lo por “comunhão”<sup>12</sup>. O *Relatório de Síntese* registra este posicionamento de segmentos conservadores: “sabemos que “sinodalidade” é um termo desconhecido para muitos membros do Povo de Deus, que em alguns suscita confusão e preocupações. Entre os medos, conta-se o receio de que o ensinamento da Igreja seja alterado, afastando-nos da fé apostólica dos nossos pais e traindo as expectativas daqueles que também hoje têm fome e sede de Deus” (RS 1f).

É a mesma discussão ocorrida no Sínodo de 1985, por ocasião da celebração dos 25 anos do Vaticano II, quando se propôs falar de “Igreja comunhão” em lugar de “Igreja Povo de Deus”. A questão de fundo destas reticências é o lugar da hierarquia no Povo de Deus, em que, em uma Igreja sinodal, toda ela ministerial, haveria o risco de nivelar todos os ministérios, comprometendo o papel (poder) dos ministérios ordenados, neste caso, vistos como instância de poder. Tende-se a reduzir a sinodalidade ao modo de proceder da Igreja, excluindo o modo de ela ser. Fala-se que se quer acrescentar uma quinta nota à Igreja – una, santa, católica, apostólica e sinodal. Ora, a Igreja é Povo de Deus, sem que signifique uma quinta nota da Igreja.

E como a Igreja é, por natureza, também missionária, situar a sinodalidade no ser da Igreja significa não reduzi-la à esfera *ad intra*, tal como frisa o *Relatório de Síntese*: “a sinodalidade pode ser entendida como os cristãos a caminhar com Cristo, em direção ao Reino, juntamente com toda a humanidade; orientada para a missão, ela engloba os momentos de reunir-se em assembleia aos diferentes níveis da vida eclesial, a escuta recíproca, o diálogo, o discernimento comunitário, a criação de consensos como expressão de tornar presente Cristo vivo no Espírito e a assunção de uma decisão numa corresponsabilidade diferenciada” (RS 1h).

#### *b) A Igreja concebida como Povo de Deus*

Houve pronunciamento de uma autoridade estratégica da Cúria romana, questionando os mal-entendidos desta concepção. Afirmou-se que Povo de Deus tem um caráter sociológico e que leva a uma herme-

---

12. Foi uma intervenção do Card. Müller, ex-prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, membro do grupo de Cardeais que vem reiteradamente apresentando seus *dubia* ao Papa Francisco, também sobre esta questão, às vésperas da Assembleia.



nêutica do Vaticano II em descontinuidade com a tradição da Igreja.<sup>13</sup> Dias depois, o próprio Papa Francisco fez uma contundente intervenção na Assembleia, reafirmando a Igreja como Povo de Deus, conectando-a ao Batismo como porta de acesso e pertença de todos à Igreja e ao *sensus fidei*, que se remete à infalibilidade do Povo de Deus.<sup>14</sup> Tanto com relação à sinodalidade como em relação à concepção da Igreja como Povo de Deus, o que faz problema para os segmentos mais conservadores é o lugar da hierarquia em relação ao Povo de Deus, normalmente situada por eles “sobre” e não “em seu seio”, em uma relação de igualdade em dignidade de todos os ministérios – “continua a ser necessário

13. Trata-se de uma intervenção no plenário da Assembleia do Card. Parolin, Secretário de Estado, tratando de justificar uma Igreja hierárquica em detrimento de uma Igreja Povo de Deus: “parece-me que devemos recordar que para os Padres Conciliares não havia contradição, mas sim, continuidade entre o Capítulo I sobre o Mistério da Igreja e o Capítulo II da *Lumen Gentium* sobre o Povo de Deus”. Para ele, “foi a famosa hermenêutica da descontinuidade que separou e contrapôs os dois Capítulos, que de fato formam um todo”. Acusa que “no imediato pós-Concílio, muitos na Igreja utilizaram esta categoria bíblica em termos sociológicos, querendo substituir uma Igreja hierárquica por uma espécie de democracia eclesial, a Igreja de cima por uma Igreja de baixo, o princípio hierárquico pelo princípio carismático. Nos anos que se seguiram, a categoria do povo de Deus enfraqueceu um pouco e quase desapareceu da reflexão teológica e da vida da Igreja. Agora que esta categoria, começando por um feliz renascimento com o Magistério do Papa Francisco, se tornou a chave para compreender a Igreja sinodal, gostaria de advertir contra interpretações extremistas que correm o risco de produzir mais divisões no corpo eclesial”.

14. Em sua intervenção o Papa Francisco frisou: “Gosto de pensar na Igreja como o povo fiel de Deus, santo e pecador, um povo convocado e chamado com a força das bem-aventuranças e de Mateus 25. Jesus, para a sua Igreja, não assumiu nenhum dos esquemas políticos do seu tempo: nem fariseus, nem saduceus, nem essênios, nem zelotes. Não há ‘sociedade fechada’; ele retoma simplesmente a tradição de Israel: “sereis o meu povo e eu serei o vosso Deus”. Gosto de pensar na Igreja como este povo simples e humilde que caminha na presença do Senhor (o povo fiel de Deus). É este o sentido religioso do nosso povo fiel”. Segundo o Papa, “uma das características deste povo fiel é a sua infalibilidade; sim, é infalível *in credendo* (*In credendo falli nequit*, diz a LG 9) *Infalibilitas in credendo*”. E explica-o assim: “quando quiseres saber o que a Santa Madre Igreja crê, vai ao Magistério, porque é ele que se encarrega de te ensinar, mas quando quiseres saber como a Igreja crê, vai ao povo fiel”. Lembra que “o povo fiel, o santo povo fiel de Deus, tem uma alma, e porque podemos falar da alma de um povo, podemos falar de uma hermenêutica, de uma maneira de ver a realidade, de uma consciência. O nosso povo fiel tem consciência da sua dignidade, batiza os seus filhos, enterra os seus mortos”. E arremata: “nós, membros da hierarquia, somos oriundos desse povo e recebemos a fé desse povo, geralmente das nossas mães e avós [...] A mulher do povo santo e fiel de Deus é um reflexo da Igreja. A Igreja é feminina, é esposa, é mãe”. Por isso, “quando os ministros vão longe demais no seu serviço e maltratam o povo de Deus, desfiguram o rosto da Igreja com atitudes machistas e ditatoriais. É doloroso encontrar nalgumas secretarias paroquiais a ‘tabela de preços’ dos serviços sacramentais à maneira de um supermercado. Ou a Igreja é o povo fiel de Deus a caminho, santo e pecador, ou acaba por ser uma empresa de serviços diversos. E quando os agentes pastorais seguem este segundo caminho, a Igreja torna-se o supermercado da salvação e os sacerdotes meros empregados de uma multinacional. Esta é a grande derrota a que nos conduz o clericalismo. E isso é muito triste e escandaloso (basta ir às alfaiatarias eclesíásticas de Roma para ver o escândalo dos jovens padres a experimentarem batinas e chapéus ou alvas e rendas). O clericalismo é um chicote, é um flagelo, é uma forma de mundanismo que contamina e danifica o rosto da esposa do Senhor; escraviza o povo santo e fiel de Deus. E o povo de Deus, o santo povo fiel de Deus, prossegue com paciência e humildade, suportando o desprezo, os maus tratos e a marginalização do clericalismo institucionalizado. E com que naturalidade se fala dos príncipes da Igreja, ou das promoções episcopais como progressão na carreira! Os horrores do mundo, o mundanismo que maltrata o povo santo e fiel de Deus”.

determinar e aprofundar como articular, no futuro, sinodalidade e colegialidade, distinguindo (sem separações indevidas) o contributo de todos os membros do Povo de Deus na elaboração das decisões e o papel específico dos bispos” (RS 20e).

*c) O conceito de Tradição*

Os mesmos segmentos têm problemas com relação à concepção de Tradição do Vaticano II, que cresce, que progride, que é dinâmica. Tradição é a história do Espírito Santo na história do Povo de Deus – “estamos convencidos de que a sinodalidade é uma expressão do dinamismo da Tradição viva” (RS 1f). Tem-se uma concepção de Tradição que engessa a história, imutável e fixista, e não como “uma árvore que cresce”, imagem usada pelo Papa Francisco. Tende-se a pensar que o que não houve na história da Igreja não pode haver no futuro e do que houve nada pode mudar, quando a Tradição é sempre aberta a acolher novas formas de ser Igreja, que guardem a perene novidade da Boa Nova na precariedade da história.

*d) A distinção entre doutrina da fé e disciplinal/normas*

Há segmentos eclesiais, presentes também na Assembleia sinodal, que pensam que tudo na Igreja teria um caráter divino e imutável, sem distinguir ou perguntar-se sobre o que na Igreja é, de fato, de caráter divino, imutável, e o que é disciplina ou configuração histórica (mutável), por estar assentada em mediações contextuais das verdades de fé. Por exemplo, questões como a obrigatoriedade do celibato na Igreja latina ocidental é uma disciplina e não algo intrínseco à natureza do ministério ordenado, tanto que a norma só foi introduzida no segundo milênio. Sobre este particular registra o *Relatório de Síntese*: “Foram expressas diferentes avaliações sobre o celibato dos presbíteros. Todos apreciam o seu valor, carregado de profecia, e o testemunho de conformação a Cristo; alguns perguntam se, na Igreja latina, a sua conveniência teológica com o ministério presbiteral deve traduzir-se necessariamente numa obrigação disciplinar, sobretudo nos lugares em que os contextos eclesiais e culturais o tornam mais difícil” (RS 11f).

O mesmo se poderia dizer em relação à ordenação de mulheres. Ainda que se discuta se as “diaconisas” da Igreja antiga eram realmente ordenadas, mas, mesmo que não fossem, será que não poderiam ser ou

haveria fundamento bíblico ou teológico que fundamente um impedimento? Seria uma questão teológica de gênero, por ser mulher, ou uma questão cultural, consequência de patriarcalismos e machismos velados?

*e) A ordenação de homens casados*

É uma questão de difícil consenso, sobretudo porque não é posta a partir do drama da maioria das comunidades eclesiais que se reúnem no domingo para celebrar o mistério pascal, sem terem acesso à Eucaristia. Como registra o “Documento de Santarém”, dos bispos da Amazônia brasileira, em 1972 – “se a presidência da Eucaristia por um homem casado pode escandalizar, escândalo maior é privar as comunidades eclesiais do acesso à Eucaristia”. Chega-se a afirmar que o celibato faz parte da “natureza” do ministério ordenado, ignorando um milênio de prática contrária, a começar pelos apóstolos, portanto, sem respaldo na Tradição da Igreja e sem fundamento teológico que obrigue a disciplina. A dificuldade é tamanha que houve um bom número de membros da Assembleia que votou contra inclusive à acolhida de presbíteros que deixaram o ministério para se casar no desempenho de serviços pastorais confiados aos leigos nas paróquias: “considere-se, avaliando caso a caso e conforme os contextos, a oportunidade de inserir presbíteros que deixaram o ministério num serviço pastoral que valorize a sua formação e a sua experiência” (RS 11l). Mas, um bom número de sinodais votou contra.

*f) A ordenação de mulheres*

Em um contexto em que a ordenação de homens casados é controversa, a possibilidade da ordenação de mulheres é ainda mais de difícil consenso. O *Relatório de Síntese* registra os diferentes posicionamentos: “Foram expressas diferentes posições acerca do acesso das mulheres ao ministério diaconal. Alguns consideraram que este passo seria inaceitável, na medida em que se encontra em descontinuidade com a Tradição. Para outros, porém, conceder às mulheres o acesso ao diaconato recuperaria uma prática da Igreja das origens. Outros, ainda, discernem neste passo uma resposta apropriada e necessária aos sinais dos tempos, fiel à Tradição e capaz de encontrar eco no coração de muitas pessoas que procuram uma renovada vitalidade e energia na Igreja. Alguns exprimem o receio de que este pedido seja expressão de uma perigosa confusão antropológica; acolhendo-a, a Igreja estaria a alinhar pelo espírito do tempo” (RS 9j).

Persiste a postura de justificar teologicamente o impedimento das mulheres ao ministério ordenado por uma questão de gênero, sem se perguntar seriamente se não se trata de uma questão de cunho cultural. É o caso de segmentos da Igreja na Europa, na África e na Ásia. Facilmente se tende a justificar pela revelação ou pela fé, o que na realidade se deve, tudo indica, a limites das culturas, muitas vezes, ainda hoje profundamente marcadas pelo patriarcalismo e o machismo. Para a Igreja na América Latina, a questão é praticamente tranquila, pois as mulheres já exercem de fato um papel preponderante na comunidade eclesial e o que se espera é um reconhecimento de direito. Para a Assembleia, a questão permanece aberta e ficam as perguntas: “Para dar melhor expressão aos carismas de todos e para responder melhor às necessidades pastorais, como é que poderá a Igreja inserir mais mulheres nas funções e nos ministérios existentes? Se forem necessários novos ministérios, a quem cabe fazer o discernimento, a que nível e com qual modalidade?” (RS 9i). Inclusive, pede-se mais celeridade: “Que se dê seguimento à pesquisa teológica e pastoral sobre o acesso das mulheres ao diaconato, beneficiando dos resultados das comissões propositadamente constituídas pelo Santo Padre e dos estudos teológicos, históricos e exegéticos já realizados. Se possível, os resultados deveriam ser apresentados à próxima sessão da Assembleia” (RS 9n).

#### *f) A passagem do Sínodo dos Bispos a um Sínodo da Igreja*

Pareceria tranquilo que o perfil atual do Sínodo dos Bispos, com a participação de um contingente de trinta por cento de não bispos com direito a voto, inclusive as mulheres, é mais um sínodo do Povo de Deus do que de Bispos - “a Assembleia do Sínodo dos Bispos, conservando o seu caráter eminentemente episcopal, manifestou bem nesta ocasião a relação intrínseca entre a dimensão sinodal da vida da Igreja (a participação de todos), a dimensão colegial (a solicitude dos bispos por toda a Igreja) e a dimensão primacial (o serviço do bispo de Roma, garante de comunhão)” (RS 20b).

Entretanto, para alguns segmentos, esta seria uma excepcionalidade, pois, regularmente, o Sínodo deve permanecer de Bispos, tal como nasceu. Afirma o Relatório: “Foi apreciada a presença de outros membros, além dos bispos, na qualidade de testemunhas do caminho sinodal. No entanto, continua em aberto a pergunta acerca da incidência da sua presença enquanto membros de pleno direito sobre o caráter episcopal

da Assembleia. Alguns veem o risco de que não se esteja a compreender o papel específico dos bispos de forma adequada. Deverão ser ainda esclarecidos com base em que critérios os membros não bispos podem ser chamados a fazer parte da Assembleia” (RS 20d).

E mais controverso ainda é atribuir-lhe um poder deliberativo e não apenas consultivo como continua sendo na atualidade. São duas dificuldades: inserir a colegialidade episcopal no seio da sinodalidade eclesial, assim como a inserção do primado no seio do Colégio dos Bispos e destes no seio do Povo de Deus. A questão está registrada no *Relatório de Síntese*: “Continua a ser necessário determinar e aprofundar como articular, no futuro, sinodalidade e colegialidade, distinguindo (sem separações indevidas) o contributo de todos os membros do Povo de Deus na elaboração das decisões e o papel específico dos bispos. A articulação de sinodalidade, colegialidade e primado não deve ser interpretada de forma estática ou linear, mas de acordo com uma circularidade dinâmica, numa corresponsabilidade diferenciada” (RS 20e).

A questão de fundo é o exercício do poder na Igreja. Em uma Igreja sinodal, o poder não deriva do sacramento da Ordem, mas se assenta sobre o Batismo. Como afirma o Papa Francisco na Constituição *Evangelii Gaudium* e na Exortação *Querida Amazônia*: os ministros ordenados não têm na Igreja o monopólio do poder, pois ele não deriva do sacramento da Ordem, mas do Batismo.

### *g) O lugar dos teólogos e da teologia em uma Igreja sinodal*

Como já nos referimos, neste Sínodo, o papel dos teólogos ficou reduzido a uma tarefa de sistematização das contribuições da Assembleia, a uma tarefa técnica. O lugar dos teólogos e da teologia na Igreja vem sendo um problema na história dos Sínodos e também em eventos de Conferências Episcopais, sejam eles nacionais ou continentais. Na verdade, na história contemporânea da Igreja, só houve dois eventos eclesiais em que teologia e magistério convergiram e teólogos e bispos trabalharam juntos – no Concílio Vaticano II (1962-1965) e na Conferência de Medellín (1968). Na América Latina, tanto na Conferência de Puebla, como em Santo Domingo e, ainda, em Aparecida, os teólogos trabalharam para os eventos do lado fora da Assembleia e do local dos eventos, inclusive na clandestinidade.

Em grande medida, nas décadas de involução eclesial em relação à renovação do Vaticano II, os teólogos e a teologia foram colocados sob

suspeita e não poucos sofreram processos de julgamento de sua pesquisa com métodos pouco evangélicos, tal como reconhece o próprio Papa Francisco, na carta ao novo prefeito do Dicastério de Doutrina da Fé: “o objetivo central do Dicastério é proteger o ensinamento que brota da fé a fim de dar razão à nossa esperança, mas não como inimigos que apontam e condenam. O Dicastério a que Vossa Excelência presidirá, noutros tempos, chegou a usar métodos imorais. Eram tempos em que, em vez de promover o conhecimento teológico, se perseguiam possíveis erros doutrinários. O que espero de sua parte é certamente algo muito diferente. É bom que a sua tarefa exprima que a Igreja encoraja o carisma dos teólogos e o seu esforço de investigação teológica”<sup>15</sup>.

Em uma Igreja sinodal, o ministério do/a teólogo/a precisa estar inserido no conjunto dos demais ministérios na Igreja, com voz e voto. Ele tem sua contribuição específica a dar para assegurar a fidelidade do caminhar da Igreja a uma “tradição que progride” e contribuir para a atualização da Mensagem revelada no contexto cultural de cada época. Precisa ser parte integrante do discernimento eclesial, do debate pastoral e dos momentos de tomada de decisões. Sem a inteligência da fé, esta pode transformar-se em uma ideologia desconectada da concretude da história e encobridora da realidade.

### Considerações finais

Uma Igreja sinodal é uma Igreja em processo, que vai fazendo a passagem do binômio clero-leigos a comunidade-ministérios, na responsabilidade de todos os batizados, o que implica a plena inserção do laicato na Igreja, em especial das mulheres.

Este sínodo está se realizando em um processo de baixo para cima, com amplo espaço de escuta de toda uma gama de percepções e proposições. Mas, vai exigir uma metodologia que não trunque o processo. Ao contrário, que tudo aquilo que foi escutado e acolhido nas etapas da Igreja Local, Continental e na primeira sessão da Assembleia Universal, esteja contemplado no discernimento e tomada de decisões da segunda sessão da Assembleia a realizar-se em outubro deste ano de 2024. É fundamental o discernimento no Espírito, mas sem dispensar a mediação da Palavra, do magistério, da teologia, das ciências e das interpelações dos sinais dos tempos.

---

15. FRANCISCO, Carta de Francisco a dom Víctor Manuel Fernández.

A primeira sessão da Assembleia geral, ao lado da ampla convergência no discernimento, registrou também tensões, que são questões sensíveis, pois tocam realidades que a Igreja precisa afrontar com seriedade e audácia, uma vez que elas colocam em jogo seu futuro e sua credibilidade. Será preciso vencer o medo, para transformar as divergências atuais em convergências para o bem da Igreja como um todo. Urge projetar a Igreja para o futuro, sem a nostalgia das velhas seguranças de um passado sem retorno. Para isso, pode contribuir, tornar os teólogos/as membros plenos de uma Igreja sinodal e, conseqüentemente, da Assembleia. Talvez, subjacente esteja a dificuldade de inter-relacionar sinodalmente Povo de Deus e hierarquia, teólogos/as e magistério, superando medos inconscientes de perda de espaços de poder ou prestígio, em uma Igreja em que o maior é aquele que serve.

### Referências

FRANCISCO, Papa. Carta de Francisco a dom Víctor Manuel Fernández. Disponível em:

<[https://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/documents/Lettera-Francesco-al-Prefetto.html](https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/Lettera-Francesco-al-Prefetto.html)>. Acesso em: 25 nov. 2023.

SÍNODO DA SINODALIDADE – SECRETARIA. *Documento de trabalho para a Etapa continental. Alarga o espaço de tua tenda (Is 54,2)*. Secretaria do Sínodo, Roma, 2022. Acessível em: <<https://www.synod.va/content/dam/synod/common/phases/continental-stage/dcs/Documento-Tappa-Continentale-POR.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2024.

SÍNODO DA SINODALIDADE – SECRETARÍA DEL CELAM. *Síntesis de la Fase Continental del Sínodo de la sinodalidad en América Latina y Caribe*, Bogotá, 2022. Disponível em: <[https://www.synod.va/content/dam/synod/common/phases/continental-stage/final\\_document/celam.pdf](https://www.synod.va/content/dam/synod/common/phases/continental-stage/final_document/celam.pdf)>. Acesso em: 25 nov. 2023.

SÍNODO DA SINODALIDADE – SECRETARIA. *Por uma Igreja sinodal: comunhão, participação e missão. Documento preparatório*. Secretaria Geral do Sínodo, Roma, 2022. Disponível em: <[https://www.synod.va/content/dam/synod/common/preparatory-document/word\\_pdf/pt\\_prepa\\_sp.pdf](https://www.synod.va/content/dam/synod/common/preparatory-document/word_pdf/pt_prepa_sp.pdf)>. Acesso em: 25 nov. 2023.

SÍNODO DA SINODALIDADE – SECRETARIA. *Conversación en el Espíritu. Una dinámica de discernimiento en la Iglesia sinodal*. Acessível

em: <[https://www.synod.va/content/dam/synod/common/phases/es/ES\\_Step\\_6\\_Spiritual-Conversation.pdf](https://www.synod.va/content/dam/synod/common/phases/es/ES_Step_6_Spiritual-Conversation.pdf)>. Acesso em: 25 nov. 2023.

SÍNODO DA SINODALIDADE – SECRETARIA. [Questões de trabalho a partir do *Instrumentum Laboris*]. Disponível em: <[https://www.synod.va/content/dam/synod/common/phases/universal-stage/il/POR\\_INSTRUMENTUM-LABORIS.pdf](https://www.synod.va/content/dam/synod/common/phases/universal-stage/il/POR_INSTRUMENTUM-LABORIS.pdf)>. Acesso em: 25 nov. 2023.

SÍNODO DA SINODALIDADE – SECRETARIA. *Relatório de Síntese* [RS]. Disponível em: <<https://www.synod.va/en/synodal-process/the-universal-phase/documents.html>>. Acesso em: 25 nov. 2023.

*Artigo recebido em: 04 dez. 2023*

*Aprovado em: 07 mar. 2024*